



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ANEXO II

*Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão XX/2019 (Procedimento Administrativo SEI 0004833-17.2019.6.12.8000) que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral - MS e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.*

*Pelo presente instrumento, a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, Órgão Gerenciador de Registro de Preços, situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ nº 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Hardy Waldschmidt, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, com fundamento na Lei n. 8.666/1993 e Decreto n. 7.892/2013, resolve celebrar a presente Ata de Registro de Preços com o objetivo de registrar os preços para **materiais gráficos**, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, órgão gerenciador, em decorrência das propostas apresentadas no Pregão n. xx/2019.*

### CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto registrar os preços para eventual aquisição futura de materiais gráficos, para atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
2. A existência de registro de preços não obriga o Tribunal a firmar as contratações que dele poderão advir, nem haverá indenização de qualquer espécie.
3. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Pregão de Registro de Preços nº XX/2019, do seu Termo de Referência – Anexo I, e da proposta da contratada, prevalecendo os primeiros.

### CLÁUSULA II – DOS FORNECEDORES E DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. O fornecedor é o que segue, na ordem de classificação:

1ª Classificada	
Razão Social:	
CNPJ:	Optante pelo Simples (Sim/Não):

<i>Endereço:</i>	
<i>Bairro:</i>	<i>Cidade:</i>
<i>C.E.P.:</i>	<i>E-mail:</i>
<i>Telefone:</i>	<i>FAX:</i>
<b><i>Dados do representante da empresa</i></b>	
<i>Nome:</i>	
<i>Cargo:</i>	
<i>Fone:</i>	<i>Fax:</i>
<i>E-mail:</i>	<i>CPF:</i>
<i>Carteira de Identidade:</i>	<i>Órgão Expedidor:</i>

2. Na existência de fornecedores que aceitem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do vencedor, na sequência da classificação do certame, estes serão indicados, em termo anexo a esta Ata de Registro de Preços, para fins de formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto n. 7.892/2013.

3. Os produtos a serem fornecidos, sua descrição, as suas quantidades, bem como, o preço unitário a ser praticado, são os seguintes: **(será preenchida com o item (ns) que a empresa sagrar-se vencedora)**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	QTDE	VALOR UNITARIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	PANFLETO	pacote	50		
2	AGENDA 2020	unidade	400		

3.1. As demais normas relativas à descrição e fornecimento dos materiais constam no Capítulo III, IV e V, do Termo de Referência (Anexo I).

4. As quantidades indicadas no item acima correspondem ao número estimado total a ser adquirido durante a vigência desta Ata.

5. Nos preços registrados estão inclusas todas as despesas concernentes à execução do serviço, tais como: custo de aquisição para revenda, mão-de-obra e materiais e equipamentos necessários à confecção dos materiais e ainda: fornecimento de certidões e documentos, impostos, encargos sociais, taxas, ferramental, equipamentos, assistência técnica, garantia, visitas, embalagens, fretes, lucro, transporte, etc.

### ***CLÁUSULA III - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS***

1. Esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data última assinatura eletrônica.
2. A Ata de Registro de Preços será **EXTINTA**:
  - I - pelo decurso do prazo de vigência; ou
  - II- pela aquisição da quantidade total registrada na Ata pelo órgão gerenciador, zerando o quantitativo registrado, considerando-se exaurido o objeto, ainda que a ata de registro de preços esteja vigente.

### ***CLÁUSULA IV - DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS***

1. A contratada poderá solicitar a alteração do preço registrado, nos termos da legislação pertinente, especialmente o Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013.
2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais ou bens registrados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial da contratação, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
  - 2.1. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
  - 2.2. É de responsabilidade da contratada a apresentação, ao TRE/MS, da documentação necessária à comprovação da quebra do equilíbrio econômico financeiro da contratação e, portanto, da necessidade de alteração do preço registrado.
  - 2.3. O TRE/MS analisará a documentação probatória apresentada pela contratada, de modo a verificar o cabimento da alteração pretendida.
3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o fornecedor será convocado para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
  - 3.1 Caso o fornecedor não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
  - 4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
  - 4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
5. Não havendo êxito nas negociações, o TRE/MS procederá à revogação da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

### ***CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO E DA EXTINÇÃO DO REGISTRO***

1. A contratada terá seu registro cancelado quando:
  - a) Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
  - b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - c) Não aceitar diminuir seu preço registrado, na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes ou decorrentes de disposição legal e de comprovada repercussão;
  - d) Sofrer suspensão do direito de licitar por este Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8666/93.
  - e) Sofrer sanção prevista no inciso IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002 e
  - f) Estiverem presentes razões de interesse público.

2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

3. A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovados.

## CLÁUSULA VI - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito por servidor(es) especialmente designado(s), que fiscalizará (ão) a entrega dos materiais, bem como a execução desta ata, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93) e comunicará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

## CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a fornecedora será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Único.** A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

1.1. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados nesta Ata, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) falhas durante a execução, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa nesta Ata ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

1.2. Será aplicada **MULTA**:

- a) de **0,5%** (meio por cento) sobre o valor total, **por dia de atraso e por item, no fornecimento de material**, em caso de atraso superior a 5 dias, contado desde o primeiro dia de atraso e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) correspondente a 40 (quarenta) dias. Após o quadragésimo dia de aplicação de multa, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total desta Ata, passível de cancelamento do registro de preços;
- b) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor empenhado, **por atraso no cumprimento dos prazos para encaminhamento de amostra do material (item)**, caso não haja justificativa plausível aceita pela Administração;
- c) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total empenhado, no caso de **desatendimento de cláusulas** desta Ata ou do Termo de Referência, não contempladas nos itens acima desta Cláusula;
- d) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total registrado, caso a fornecedora **não queira assinar qualquer termo** de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;
- e) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total empenhado, por item, caso a **entrega dos produtos ou prestação do serviço esteja em desacordo** com o contratado, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;
- f) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total empenhado, por ocorrência, no caso de **não emissão de documento necessário ao pagamento**;
- g) de **30%** (trinta por cento) do valor total estimado da contratação, se a contratada recusar-se a efetuar o fornecimento sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, por falhas sucessivas, por total descumprimento das condições estabelecidas, ou por cancelamento do registro de preços.

1.2.1. Na aplicação das multas acima serão consideradas a natureza e gravidade da infração cometida, além dos danos que provierem para o serviço público, podendo a Administração motivadamente, com vistas a atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, agravar ou atenuar as multas em 2/3, ½ ou 1/3.

1.2.2. As multas porventura aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ao contrato, quando houver, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

1.2.3. Haverá retenção cautelar dos valores, no caso de ocorrência de descumprimento das condições da contratação, até a finalização procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, sendo restituído à contratada o correspondente o valor caso não subsistam razões para a aplicação de multa.

1.2.4. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação;

1.2.5. Caso não haja recolhimento, o valor da multa poderá ser glosado dos valores devidos à CONTRATADA.

1.2.6. Se o crédito não for suficiente para cobrir o valor total da multa, o valor será descontado da garantia contratual, se houver.

1.2.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

1.3. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

- a) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo; e
- g) cometer fraude fiscal.

2. Da aplicação das sanções de multa e impedimento de contratar, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do Tribunal Eleitoral.

3. As penalidades aplicadas serão registradas no SICAF.

## **CLÁUSULA VIII – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

1. NÃO SERÁ PERMITIDA aos órgãos e/ou entidades não participantes A UTILIZAÇÃO desta Ata de Registro de Preços.

## **CLÁUSULA IX - DAS DEMAIS CONDIÇÕES**

1. As normas relativas a condições da execução do serviço e entrega do material, emissão de nota fiscal/fatura, pagamento, direitos e deveres das partes, bem como, outras pertinentes à contratação constam do Edital do Pregão nº xx/2019, e do seu Termo de Referência – Anexo I.

2. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação;

3. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de email válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o email, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresse, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

## **CLÁUSULA X - DO FORO**

1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente contratação, é competente, na forma da Lei, o foro da Justiça Federal de Campo Grande - MS, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Campo Grande, xx de xxxx de 2019.

**Hardy Waldschmidt**  
Diretor-Geral do TRE/MS

xx  
Representante Legal da empresa  
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN**, **Chefe de Seção**, em 12/07/2019, às 18:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0687286** e o código CRC **D9ACCCCE**.